



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002798-77.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **FELIPE RODRIGO ROSSI LUCIO**
 Requerido: **Anderson Botário Siqueira ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que frequentou curso junto à ré e que desistiu dele.

Almeja à declaração da rescisão do contrato pertinente, com a declaração de inexigibilidade de débitos dele decorrentes e a devolução dos valores que pagou.

A ré em contestação assinalou que a desistência do autor implicaria o pagamento da multa contratualmente estabelecida em tal situação, tanto que formulou pedido contraposto com esse objetivo.

O relato exordial deixa clara a razão pela qual o autor deixou de frequentar o curso em apreço.

Como explicitamente consignado a fl. 02, parte final do primeiro parágrafo, isso sucedeu *"porque o curso não atendia suas necessidades usuais"*.

Nota-se, portanto, que houve desistência que partiu do próprio autor, sem que se vislumbrasse qualquer descumprimento de obrigação contratual a cargo da ré (ressalvo por oportuno que as considerações expendidas a esse respeito em réplica não podem ser analisadas porque extravasam as balizas do feito pautadas pelo próprio autor na petição inicial).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Assentadas essas premissas, é óbvio que o autor tinha direito a isso, prosperando o pedido para a declaração da rescisão do contrato.

Todavia, não se cogita da devolução dos valores pagos pelo autor, pois eles corresponderam à contraprestação de serviços prestados pela ré.

A alternativa preconizada importaria o inconcebível reconhecimento de enriquecimento sem causa em prol do autor e em detrimento da ré.

De igual modo, a aplicação da multa estipulada no contrato é medida que se impõe.

Não há aspecto que macule sua validade, atuando ela como recomposição derivada da desistência imotivada do autor.

O seu valor, porém, haverá de ser diminuído em face do tempo de curso frequentado pelo autor.

Nesse sentido, o montante correspondente a quatro parcelas (cláusulas 9.3 e 9.4 – fl. 67) é excessivo, afigurando-se mais razoável com as peculiaridades do caso o valor de uma parcela do contrato.

Por fim, destaco que a circunstância do contrato celebrado ser de adesão não assume maior importância.

Ainda assim poderia o autor não firmá-lo, se não o desejasse, mas a partir do momento em que o fez não se poderá furtar às condições nele previstas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação e PROCEDENTE EM PARTE** o pedido contraposto para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar o autor a pagar à ré a quantia de R\$ 179,90, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o autor não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 04 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**